CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS CIENTÍFICAS
FRANCISCO ANTONIO DE SALLES

REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS

Av. Embaixador Abelardo Bueno, nº 01, Blc 1, sala 216B,
Jacarepaguá - Rio de Janeiro / RJ - CEP 22775-022
CNPJ nº 33.927.377/0001-40

Regulamento de Compras e Contratações de Serviços

PREÂMBULO

O Presente Regulamento de Compras e Contratações de Serviços foi elaborado com base na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, que no julgamento da constitucionalidade do modelo de **ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**, extraído dos autos da ADI nº 1.923-5/DF, consignou em sua decisão que:

(1) "As organizações sociais, por integrarem o Terceiro Setor, não fazem parte do conceito constitucional de Administração Pública, razão pela qual não se submetem, em suas contratações com terceiros, ao dever de licitar, o que consistiria em quebra da lógica de flexibilidade do setor privado, finalidade por detrás de todo o marco regulatório instituído pela Lei."

(2) "Por receberem recursos públicos, bens públicos e servidores públicos, porém, seu regime jurídico tem de ser minimamente informado pela incidência do núcleo essencial dos princípios da Administração Pública (CF, art. 37, caput), dentre os quais se destaca o princípio da impessoalidade, de modo que suas contratações devem observar o disposto em regulamento próprio (Lei no 9.637/98, art. 4o, VIII), fixando regras objetivas e impessoais para o dispêndio de recursos públicos."

(3) "Isso significa que as Organizações Sociais não estão sujeitas às regras formais dos incisos do art. 37, de que seria exemplo a regra da licitação, mas sim apenas à observância do núcleo essencial dos princípios definidos no *caput*. Essa incidência dos princípios administrativos deve ser compatibilizada com as características mais flexíveis do setor privado, que constituem justamente a finalidade por detrás de todo o marco regulatório do Terceiro Setor, porquanto fiado na premissa de que determinadas atividades podem ser mais eficientemente desempenhadas sob as vestes do regime de direito privado. Assim, a conciliação desses

vetores leva justamente ao que dispõe o art. 4o, VIII, da Lei no 9.637/98, segundo o qual o Conselho de Administração da OS deve "aprovar por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade". Ou seja, embora não façam formalmente licitação, tais entidades devem editar um regulamento próprio para contratações, fixando regras objetivas e impessoais para o dispêndio de recursos públicos."

(4) "Desta forma, há plena conciliação do conteúdo dos princípios constitucionais com a flexibilidade inerente ao regime de direito privado, que não se harmonizaria com a submissão pura e simples ao procedimento da Lei n 8.666/93, reconhecidamente formal, custoso e pouco célere."

Além disso, é importante sedimentar que o **Tribunal de Contas da União**, a partir do que restou consignado no acórdão nº 3.239, também no mesmo sentido determinou que "as organizações sociais submetem-se a regulamento próprio sobre compras e contratação de obras e serviços com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, sendo necessário, no mínimo, cotação prévia de preços no mercado".

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Art.1º- O presente regulamento estabelece normas para a aquisição de bens, bem como para a contratação de obras e serviços ("compras e contratação de serviços") para o desenvolvimento e fiel cumprimento das atividades descritas nos Contratos de Gestão e Termos de Colaborações firmados pelo Centro de Estudos e Pesquisa Francisco Antônio Salles, doravante chamado simplesmente "FAS".

§ 1º. As compras e contratações de serviços do FAS serão regidas pelo núcleo dos princípios básicos previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, aplicado subsidiária e principiologicamente, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da probidade, da boa-fé, da razoabilidade, do julgamento objetivo, da rastreabilidade, da busca permanente de qualidade e durabilidade e da prevenção do conflito de interesses.

§ 2º. O cumprimento das normas deste Regulamento destina-se a selecionar, dentre as propostas apresentadas, a mais vantajosa para o FAS, mediante julgamento objetivo.

§ 3º. Observando o disposto no parágrafo supra, ainda que a proposta escolhida para as compras e contratações de serviços não seja efetivamente a mais econômica a curto prazo, mas demonstre ser a melhor opção a longo prazo, levando-se em conta sua qualidade e durabilidade (melhor custo/benefício a longo prazo), estará o FAS respeitando o princípio da economicidade e, sobretudo, o princípio da eficiência.

§ 4º É vedado o fracionamento de compras ou contratações com o propósito de burlar a modalidade cabível, considerando-se, para esse fim, a soma dos valores de objetos de mesma natureza contratados por uma mesma unidade no período de doze meses.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º - Para fins do presente regulamento, considera-se:

I. **Solicitação de Compra ou Serviço** – É o ato pelo qual o Chefe de Serviço, Coordenador, Gerente ou Diretor de Unidade solicita a aquisição de bem ou contratação de serviço.

II. **Contrato** – Instrumento jurídico formal e escrito, que cria direitos e obrigações entre o FAS e o Fornecedor, para a compra e/ou prestação de serviços, no qual será detalhado o objeto do contrato, sua forma de execução, tempo de duração e demais direitos e obrigações que as partes entenderem necessárias para o fiel cumprimento do contratado entre elas;

III. **Edital** – É o ato escrito de aviso da compra ou contratação de serviços pelo FAS, contendo as Especificações Técnicas previamente estabelecidas, condições de atendimento técnico e data da apresentação da proposta, dada ampla divulgação através de meio eletrônico, para conhecimento geral, em especial dos interessados em participar das modalidades de compras e/ou contratações de serviços buscadas pelo FAS.

IV. **Especificação Técnica ou Termo de Referência** - Documento onde são descritas as informações detalhadas relativas a produtos, serviços de qualquer natureza ou obras, incluindo padrões de qualidade, durabilidade e desempenho - quando cabível, bem como poderá indicar marcas e/ou modelos de referência;

V. **Fornecedor** – Parte contratada pelo FAS para a entrega de produtos ou a prestação de serviços, escolhido através de uma das modalidades de compras e contratações;

VI. **Valor Global** – Corresponde ao valor total dos serviços ou bem adquirido. Em se tratando de serviços continuados, o valor global corresponderá a soma de todos os meses previstos em contrato e, na hipótese de compra, corresponderá ao valor total do bem, ainda que pago em parcelas.

VII. **Compra** – aquisição remunerada de bens, de uma só vez ou parceladamente;

VIII. **Serviço** – atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse do FAS;

IX. **Obra ou Serviço de Engenharia** – toda construção, reforma, ampliação, recuperação ou fabricação que envolva as atribuições privativas de profissional de engenharia ou arquitetura;

X. **Gestor do Contrato** – empregado ou colaborador designado pelo Diretor Executivo para acompanhar a execução do contrato, verificar seu cumprimento e propor as medidas cabíveis;

XI. **Fiscal do Contrato** – empregado ou colaborador designado pelo Diretor Executivo, podendo coincidir com o Gestor nas contratações de menor complexidade, responsável por atestar a entrega dos bens ou a execução dos serviços;

XII. **Conflito de Interesses** – situação em que o interesse particular do empregado, dirigente ou colaborador do FAS, ou de pessoa a ele ligada por vínculo familiar ou societário, possa comprometer o interesse institucional na compra ou contratação;

XIII. **Nepotismo** – contratação, direta ou indireta, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente, empregado com poder de decisão sobre a contratação, ou de agente público que atue na supervisão do Contrato de Gestão ou do Termo de Colaboração.

Parágrafo único. Aplicam-se subsidiariamente as definições do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, no que não contrariarem este Regulamento.

CAPÍTULO III

DO PLANEJAMENTO E DOS PROCESSOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDORES

MODALIDADES DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS

Art. 3º - As compras e contratações serão precedidas de planejamento simplificado, com indicação do instrumento de parceria, rubrica, valor máximo e prazo, sem prejuízo da contratação de demandas supervenientes devidamente justificadas.

Art. 4º A Seleção dos Fornecedores será efetuada através das seguintes modalidades:

I. Dispensa;

II. Cotação;

III. Concorrência.

Art. 5º - **Dispensa** – prescinde de procedimento formal para a contratação e/ou aquisição, podendo ser realizada diretamente, bastando a demonstração da compatibilidade do valor com os preços de mercado, sendo aplicável às seguintes hipóteses:

§ 1º Para a aquisição de bens, obras ou serviços que representem Valor Global de até R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

§ 2º Nas hipóteses emergenciais, aplicável a qualquer compra, obra ou contratação de serviço, independentemente do valor, quando não houver tempo hábil para a realização de procedimento regular, observado o seguinte:

I - As contratações realizadas por dispensa emergencial não poderão ter prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias.

II - A contratação por dispensa emergencial deverá ser devidamente fundamentada pelo Gerente responsável pela área de compras e contratações com parâmetros de valores, que poderão ser obtidos por qualquer meio legítimo, inclusive contratações anteriores já realizadas pelo FAS, portais eletrônicos de compras, internet, dentre outros.

III - Como forma de viabilizar a implantação e evitar solução de continuidade dos serviços, poderá ser aplicada a contratação por dispensa emergencial, em qualquer caso, nos primeiros 180 (cento e oitenta) dias de execução de novos Contratos de Gestão e Termos de Colaborações.

§ 3º A dispensa também poderá ocorrer, em razão das partes ou do objeto e independentemente do valor, nas hipóteses de: operação com entidades sem fins lucrativos, outras organizações sociais, universidades ou centros de pesquisa públicos; aluguel de imóvel de uso do próprio FAS; aquisição junto a produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, quando não houver possibilidade de concorrência; contratação de serviços profissionais especializados que dependam de confiança e notório conhecimento técnico, como contabilidade, advocacia, auditoria e informática; operação com concessionária de serviços públicos; e contratação remanescente decorrente de rescisão contratual, nas condições originalmente pactuadas.

Art. 6º - **Cotação** - Modalidade utilizada para compras e contratações de serviços de menor complexidade, e que **não ultrapassem** o **"Valor Global" de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)**, devendo ser realizada pesquisa de preço, através de meios físicos ou eletrônicos, com pelo menos 3 (três) propostas. A pesquisa de preço poderá ser efetuada através de consultas em sites da Internet, e-mail, anúncios em jornal, folder, proposta

impressa, ou qualquer outro meio idôneo, devendo estar devidamente documentada, sendo dispensada a publicação de Edital.

Parágrafo Único - As compras de equipamentos, medicamentos e material médico hospitalar poderão ser realizadas, independentemente do valor, e a cada mês, objetivando melhores cotações de preços, publicidade, impessoalidade e eficiência.

Art. 7º - **Concorrência** - Modalidade utilizada para compras e contratações de serviços com **"Valor Global" a partir de R$ 1.500.000,01 (um milhão, quinhentos mil reais e um centavo)**, **sem valor máximo pré-estabelecido**, ou para compras e contratações de menor valor, mas que em razão da complexidade do bem a ser adquirido ou serviço a ser prestado, dependa de uma maior especificação. Para estas contratações, o FAS deverá, obrigatoriamente, publicar "Edital" em seu site e poderá, caso entenda necessário, encaminhar convites impressos ou por e-mail, com o Edital em anexo, para fornecedores do ramo, objetivando atrair o maior número de concorrentes.

§ 1º O Edital trará as especificações técnicas, documentos para habilitação jurídica, econômico-financeira e regularidade fiscal, bem como o prazo limite para a apresentação das propostas, que não poderá ser inferior a 3 (três) dias úteis a partir da sua publicação.

§ 2º A decisão da escolha do "Fornecedor" deverá respeitar os critérios estabelecidos neste regulamento e no Edital de Contratação a ser publicado.

§ 3º Caso não seja apresentada pelo menos 1 (uma) proposta apta para a realização da compra ou contratação dos serviços, o procedimento deverá ser repetido por mais uma vez. Persistindo a ausência de propostas, o FAS poderá adquirir e/ou contratar diretamente.

Art. 8º - O procedimento de compra ou contratação na modalidade concorrência será realizado, inicialmente, com a análise das propostas de preço, secundado pela avaliação dos documentos de habilitação apenas da melhor proposta.

Art. 9º - O FAS poderá solicitar esclarecimentos aos proponentes acerca de suas propostas, pleitear descontos e flexibilidade na forma de pagamento, assim como requisitar a apresentação de documentos inerentes à empresa ou proposta apresentada.

Art. 10º - A realização de qualquer dos tipos de "Processo de Seleção de Fornecedor" não obriga o FAS a formalizar contrato de compra ou de contratação de serviços, podendo o procedimento de seleção ser cancelado a critério da Direção do FAS, não cabendo indenização de qualquer natureza, em especial perdas e danos, aos participantes.

Art. 11 - Os valores descritos nos artigos 4º e 5º poderão ser revistos anualmente, ou em períodos inferiores, mediante aprovação do Conselho de Administração.

Art. 12 - Não há intervalo mínimo para que sejam efetuadas as compras e/ou contratações de serviços, desde que suas respectivas solicitações tenham sido devidamente aprovadas por pessoa competente para tanto, e que as requisições não configurem forma de burlar as modalidades descritas nos artigos supra.

Art. 13 - As compras de medicamentos e material médico hospitalar poderão ser realizadas pela plataforma de cotação *on line*,- e e-mail, independente do valor, e a cada mês, objetivando melhores cotações de preços, publicidade, impessoalidade e eficiência.

Art. 14 – Nas compras ou contratações em que o pagamento somente será realizado após a entrega integral do bem, ou após a execução integral do serviço, não será obrigatória a formalização de contrato, exceto quando houver garantia do produto.

Art. 15 – O FAS poderá constituir Cadastro de Fornecedores interessados em comercializar bens ou prestar serviços. As empresas interessadas deverão encaminhar os documentos solicitados pelo FAS, que fará publicar Edital específico para o Cadastro de Fornecedores.

Art. 16 – Nas compras e contratação de serviços decorrentes de Contratos de Gestão e Termos de Colaborações celebrados com o Poder Público do Município do Rio de Janeiro, em qualquer das modalidades supra descritas, deverão ser observados os valores máximos previstos nas Atas de Registros de Preços vigentes na Prefeitura, conforme disposto nos Decretos nº 41.208 e nº 41.209, ambos de 18 de janeiro de 2016, bem como as demais regras descritas no presente Regulamento.

§1º Não sendo possível atender ao disposto nos Decretos em epígrafe, o FAS deverá fundamentar a compra ou contratação, conforme as circunstâncias apresentadas, de modo a evitar prejuízo à execução dos Contratos de Gestão e Termos de Colaborações.

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS

Art. 17 - O procedimento de compras e contratação compreende o cumprimento das etapas a seguir especificadas:

I. Solicitação, pelo responsável direto, da compra ou contratação de serviço, indicando, ao menos, motivo da solicitação/necessidade e aplicabilidade, descrição do serviço, material ou bem a ser adquirido, especificações técnicas (quando aplicável), quantidade a ser adquirida e prazo máximo de entrega;

II. Encaminhamento da solicitação ao Gerente responsável pela área de compras e contratações, que poderá ser por meio eletrônico (e-mail);

III. A Gerência responsável pela área de compras e contratações dará início do procedimento externo para a contratação ou compra, de acordo com a modalidade, realizando as pesquisas de preço ou publicação de Edital, conforme o caso;

IV. A Gerência responsável pela área de compras e contratações irá receber, avaliar e julgar as propostas;

V. Havendo dúvidas, a Gerência responsável pela área de compras e contratações deverá encaminhar questionamentos, pedidos de esclarecimentos ou documentos complementares aos fornecedores;

VI. Com a definição da melhor proposta, a Gerência responsável pela área de compras e contratações encaminhará os dados e parâmetros para a formalização do Contrato, quando aplicável;

VII. O processo de compra/ contratação será encaminhado para o Diretor Executivo com todos os documentos apresentados, inclusive o Contrato a ser assinado, quando aplicável;

VIII. Publicação no site ou por e-mail do FAS do resultado da seleção do "Fornecedor".

Art. 18 - A Gerência responsável pela área de compras e contratações deverá selecionar criteriosamente os "Fornecedores" que participarão das modalidades de compras e contratações, considerando sua idoneidade, a qualidade do produto e menor custo total a longo prazo, além da garantia de manutenção, reposição de peças, assistência técnica e atendimento de urgência, quando for o caso.

§ 1º. Para fins do disposto no caput deste artigo, considera-se menor custo total a longo prazo, aquele que resulta da verificação e comparação do somatório de fatores utilizados para determinar o menor preço avaliado, que além de termos monetários, encerram um peso relativo para a avaliação das propostas envolvendo, entre tantos outros possíveis, exemplificativamente, os seguintes aspectos:

1. Custos de transporte e seguro até o local da entrega;
2. Forma de pagamento;

3. Prazo de entrega;
4. Custos para operação do produto, eficiência e compatibilidade;
5. Durabilidade do produto;
6. Credibilidade mercadológica da empresa proponente;
7. Disponibilidade de serviços;
8. Eventual necessidade de treinamento 3º. de pessoal;
9. Qualidade do produto;
10. Assistência técnica;
11. Garantia dos produtos;
12. Diferenciais de nível de serviço.

§ 2º. Em casos de projetos, contratações ou aquisições, nas quais a compra se dê com avaliação complexa de qualidade e preço, deverá o requisitante justificar, por escrito – através de meio físico ou eletrônico, os critérios básicos de avaliação.

CAPÍTULO V

DA INEXIGIBILIDADE E DISPENSA DO PROCEDIMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

Art. 19 Considera-se obra, para os fins deste Regulamento, toda construção, reforma, ampliação, recuperação ou fabricação executada de forma direta ou indireta.

Art. 20. A contratação de obras e serviços de engenharia será precedida de projeto básico ou de termo de referência técnico, elaborado ou validado por profissional habilitado, e de estimativa de custo com base em tabela oficial (SINAPI, SCO-Rio ou equivalente), observada a prévia anuência do órgão ou entidade pública contratante, quando vinculada a Contrato de Gestão ou Termo de Colaboração.

Art. 21. A execução de obra ou reforma será fiscalizada de modo sistemático pelo Gestor e pelo Fiscal do Contrato designados na forma do art. 2º, incisos X e XI, cabendo-lhes rejeitar serviços ou materiais em desacordo com as especificações, verificar a compatibilidade entre

os valores cobrados e os serviços executados, acompanhar o prazo de execução e emitir o termo de recebimento definitivo ao final da obra.

Art. 22. A anotação ou o registro de responsabilidade técnica (ART ou RRT) do profissional responsável pela elaboração do projeto e pela execução da obra será juntada aos autos do processo antes do início dos trabalhos.

CAPÍTULO VI

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS, DO RECEBIMENTO E DA COMPROVAÇÃO DA DESPESA

Art. 23. Todo Contrato terá Gestor e, quando o objeto assim exigir, Fiscal designados pelo Diretor Executivo, admitida a acumulação das duas funções nas contratações de menor complexidade ou de execução imediata.

§ 1º Compete ao Gestor do Contrato: acompanhar a execução contratual, controlar prazos e obrigações, propor a aplicação de sanções, aditamentos, repactuações ou a rescisão do ajuste, e manter interlocução com o Fornecedor.
§ 2º Compete ao Fiscal do Contrato: verificar a conformidade do bem, da obra ou do serviço com o contratado, atestar as notas fiscais para fins de pagamento e comunicar ao Gestor eventuais irregularidades.

Art. 24. O recebimento de bens observará, no que couber, as fases provisórias — destinada à verificação da conformidade do material com a especificação — e definitiva — destinada à sua aceitação final, mediante termo ou atesto na nota fiscal.

Art. 25. Os serviços continuados e as obras serão recebidos mediante medição periódica ou relatório de execução, correspondendo o pagamento aos serviços efetivamente prestados e medidos, registrados pelo Fiscal do Contrato.

Art. 26. O pagamento será realizado mediante a apresentação de nota fiscal ou documento equivalente, devidamente atestado pelo Fiscal do Contrato, e estará condicionado à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista do Fornecedor, nos termos exigidos pelo respectivo Contrato de Gestão ou Termo de Colaboração.

CAPÍTULO VII

DO ARQUIVO E DA GUARDA DE DOCUMENTOS

Art. 27. Todo processo de compra ou contratação será instruído e mantido em ordem cronológica, física ou digital, contendo, no mínimo, a solicitação, a pesquisa ou o edital, as propostas recebidas, o contrato ou a ordem de compra/serviço, as notas fiscais e os comprovantes de pagamento.

Art. 28. Os documentos de que trata o artigo anterior serão conservados pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contado do encerramento do respectivo Contrato de Gestão ou Termo de Colaboração, ou por prazo superior quando exigido pelo órgão público contratante ou pelos Tribunais de Contas competentes.

CAPITULO VIII

DA PREVENÇÃO DO CONFLITO DE INTERESSES E DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

Art. 29. É vedada a participação, na análise, na aprovação ou na fiscalização de compra ou contratação, de dirigente, empregado ou colaborador que tenha, com o Fornecedor interessado ou participante, relação de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou vínculo societário, de administração ou de emprego nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores.

§ 1º Verificada qualquer das situações do caput, o empregado ou dirigente comunicará imediatamente o impedimento ao Diretor Executivo e se abstém de atuar no processo, sendo substituído para os fins da respectiva etapa.

§ 2º Nas contratações por Dispensa fundadas em confiança e notório conhecimento técnico (art. 5º, § 3º), a eventual relação preexistente com o Fornecedor será registrada e justificada nos autos.

Art. 30. É vedada a contratação, direta ou indireta, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do FAS, de empregado com poder de decisão sobre a respectiva contratação, ou de agente público que atue na supervisão ou na fiscalização do Contrato de Gestão ou do Termo de Colaboração a que a contratação se vincule.

Art. 31. É vedado o direcionamento de especificações técnicas, de prazos ou de condições de participação com o propósito de restringir indevidamente a competitividade ou de favorecer fornecedor determinado, sujeitando-se o responsável às penalidades previstas no Capítulo XI.

CAPÍTULO IX

DA TRANSPARÊNCIA E DO ACESSO À INFORMAÇÃO

Art. 32. O FAS manterá disponíveis em seu sítio eletrônico, em área de livre acesso: este Regulamento em sua versão vigente; os avisos e editais dos processos de seleção em curso; a relação dos contratos vigentes, com objeto, contratada, valor e vigência; e o extrato de contratos e aditivos firmados, em até 15 (quinze) dias contados de sua assinatura.

Art. 33. Os pedidos de informação relativos a compras e contratações serão respondidos em até 20 (vinte) dias, prorrogáveis por igual período mediante justificativa, observadas as hipóteses de sigilo legalmente previstas e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

CAPÍTULO X

DOS MECANISMOS DE CONTROLE INTERNO

Art. 34. O controle interno das compras e contratações será exercido: pelo Setor de Compras, quanto à regularidade formal de cada processo; pelo Gestor e pelo Fiscal do Contrato, quanto à execução; e pelo Diretor Geral, quanto à conformidade das contratações com o presente Regulamento e com os Contratos de Gestão e Termos de Colaboração.

Art. 35. Os órgãos de Controle Interno e Externo do Poder Público, os Tribunais de Contas competentes e o Ministério Público terão amplo e irrestrito acesso à documentação de que trata o Capítulo VII, permanecendo à sua disposição durante o prazo de guarda fixado no art. 23.

Art. 35. Qualquer pessoa poderá comunicar ao Diretor Executivo, por escrito, indício de irregularidade em processo de compra ou contratação, cabendo-lhe determinar a apuração e, sendo o caso, adotar as medidas do Capítulo XI.

CAPÍTULO XI

DA RESPONSABILIZAÇÃO POR IRREGULARIDADES

Art. 36. O Fornecedor que descumprir total ou parcialmente o contrato, ou que praticar ato lesivo ao processo de seleção, sujeita-se, garantidos o contraditório e a ampla defesa, às seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente:

I. advertência;

II. multa, na forma prevista no respectivo Contrato ou Edital;

III. suspensão temporária de participação em processos de seleção do FAS, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. descredenciamento do cadastro de fornecedores do FAS, nas hipóteses de maior gravidade.

§ 1º A apuração observará prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa prévia pelo Fornecedor, contado da notificação, e decisão fundamentada do Diretor Executivo.

§ 2º Da decisão caberá recurso ao Conselho de Administração, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 37. O empregado, dirigente ou colaborador do FAS que praticar ato em desacordo com este Regulamento, inclusive as vedações dos arts. 24 a 26, responderá administrativamente, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, mediante apuração conduzida pelo Diretor Executivo ou, na hipótese de envolvimento deste, pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO XII

DAS ALTERAÇÕES, DOS ADITIVOS E DA RESCISÃO CONTRATUAL

Art. 38. Os contratos poderão ser alterados ou aditados para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, para acréscimo ou supressão de objeto, ou para prorrogação de vigência, mediante justificativa técnica do Gestor do Contrato e aprovação do Diretor Executivo, observada a alçada do Conselho de Administração quando o valor global resultante ultrapassar o limite fixado no art. 12, parágrafo único.

Art. 39. O contrato poderá ser rescindido por inadimplemento de qualquer das partes, por acordo mútuo, ou nas demais hipóteses nele previstas, formalizando-se o encerramento mediante termo que registre o objeto executado, os valores pagos e eventuais pendências.

CAPÍTULO XIII

DA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL

Art. 40. A contratação de pessoal pelo FAS será precedida de procedimento simplificado e impessoal, publicado no sítio eletrônico do FAS, podendo compreender análise curricular, análise de títulos e entrevista.

Art. 41. Aplica-se à contratação de pessoal a vedação ao nepotismo prevista no art. 25 deste Regulamento.

CAPÍTULO XIV

DOS CONTRATOS

Art. 42. Os contratos firmados com base neste Regulamento estabelecerão, com clareza e precisão, ao menos: a qualificação das partes; o objeto; o valor; as condições de execução; as obrigações e responsabilidades das partes; o regime de fiscalização, na forma do Capítulo VI; e o prazo de vigência, que não poderá ser superior ao do Contrato de Gestão ou Termo de Colaboração a que esteja vinculado.

Art. 43. Nas compras ou contratações em que o pagamento somente será realizado após a entrega integral do bem ou a execução integral do serviço, não será obrigatória a formalização de contrato, sendo facultada quando houver garantia do produto ou serviço.

CAPÍTULO XV

DA PESQUISA DE QUALIDADE E AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES E SERVIÇOS

Art. 44. Os fornecedores de Materiais e Medicamentos serão avaliados conforme os critérios a seguir, conforme modelo de avaliação constante no Anexo I, parte integrante deste Regulamento:

I. Pontualidade das Entregas: É apontado como não conforme mediante a ocorrência de pendências nas entregas, ou caso a mesma seja realizada em data superior à negociada;

II. Qualidade das Entregas: Situações em que divergirem do pedido de compras quanto a produtos e quantidades. Cabendo, neste critério, notificações relacionadas a produtos avariados e/ou problemas com transportadoras;

III. Qualidade dos Produtos, Serviços ou Atendimento: Neste critério serão mensurados os registros de não conformidade referentes à qualidade dos produtos ou serviços, comunicados pelas áreas técnicas ou demais usuários;

IV. Conformidade de Notas Fiscais: São contabilizadas as ocorrências relacionadas aos erros de informações nas notas fiscais, prazos de pagamento e valor dos itens;

V. Conformidade da Documentação Cadastral: Ocorrerá a verificação de documentos com as informações repassadas pelos fornecedores.

Art. 45 - Os prestadores de serviço, serão avaliados conforme os critérios a seguir, em conformidade com o modelo de avaliação constante no Anexo II, parte integrante deste Regulamento:

I. Conformidade da Documentação Cadastral: Em caso de locação de mão obra terceirizada, devem ser entregues mensalmente as comprovações no pagamento de salários e seus encargos. No caso de obras ou reformas, deve haver a apresentação de todos os documentos e seguros pertinentes;

II. Relacionamento e Comunicação: Facilidade de comunicação e rápido retorno quando acionado para a resolução de problemas ou esclarecimento de questionamentos;

III. Qualidade dos Serviços Prestados: Realização das atividades, com qualidade, seguindo o escopo e prazos previstos em contrato;

IV. Avaliação técnica: No caso de serviços técnicos realizados, haverá posterior avaliação técnica para constatar a conformidade do serviço prestado.

Art. 46 - Os fornecedores deverão demonstrar comprometimento junto a análise das causas, elaborando um plano de ações corretivas a fim de solucionar os problemas e evitar reincidências.

§1º - O FAS se reserva ao direito de bloquear os pagamentos ao fornecedor até que as pendências sejam sanadas.

CAPÍTULO XVI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 47 – Os casos omissos ou obscuros na interpretação do presente Regulamento serão resolvidos pela Diretoria, com base nos princípios gerais de administração.

Art. 48 – O presente procedimento de contratação poderá aplicar de maneira subsidiária as regras previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 49 – O presente Regulamento entrará em vigor a partir da data da sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2026.

Bruno Faria Fraz
DIRETOR EXECUTIVO

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS FRANCISCO ANTÔNIO SALLES – FAS

DIRETORIA EXECUTIVA

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS CIENTÍFICAS
FRANCISCO ANTONIO DE SALLES

ANEXO I

ITENS A SEREM VERIFICADOS NAS ENTREGAS	SIM	NÃO
Endereço de entrega está de acordo com a NF?		
CNPJ está de acordo com a NF?		
Os produtos da NF estão de acordo com o Pedido?		
As quantidades recebidas estão de acordo com o Pedido?		
Os valores da NF estão de acordo com o Pedido?		
A validade dos produtos são maior ou igual a 12 meses?		
Possui Carta de Comprometimento de troca (nos casos de prosutos com validade menor que 12 meses)?		
A embalagem possui lote, data de fabricação e validade?		
Os produtos possuem registro no Ministério da Saúde, nome do responsável técnico, número do respectivo conselho de classe e a unidade federativa na qual está inscrito?		
Embalagem íntegra, sem rasgos, rasuras ou informações apagadas?		
Produto informa em qual temperatura deve ser aramzenado?		
O produto chegou na dentro da temperatura informada? Qual? (_____ºC)		

☐ Aprovado ☐ Aprovado com restrição ☐ Reprovado

Av. Embaixador Abelardo Bueno, nº 01, Blc 1, sala 216B,
Jacarepaguá - Rio de Janeiro / RJ - CEP 22775-022
CNPJ nº 33.927.377/0001-40

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS CIENTÍFICAS
FRANCISCO ANTONIO DE SALLES

ANEXO II

CHECK LIST – ATESTO DOS SERVIÇOS REALIZADOS				
UNIDADE:	**DATA:**			
EMPRESA:	**NOTA FISCAL Nº**			
SERVIÇO:	**DATA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO / PERÍODO:**			
ITENS		**SIM**	**NÃO**	**N/A**
AVALIAÇÃO DO SERVIÇO PRESTADO				
1) SERVIÇO REALIZADO DE ACORDO COM O CONTRATO (QUANTIDADE E EXECUÇÃO)?				
2) SERVIÇO REALIZADO DENTRO DO PRAZO EXIGIDO CONFORME ESTABELECIDO EM O CONTRATO?				
3) MÃO DE OBRA UTILIZADA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE ACORDO COM O QUE FOI CONTRATADO?				
4) A ROTINA DE EXECUÇÃO CUMPRIU AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS EM CONTRATO?				
5) CONTRATADA MANTEVE A CONSERVAÇÃO DO LOCAL, COM O AMBIENTE DEVIDAMENTE ORGANIZADO E LIMPO DURANTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS?				
6) OS FUNCIONÁIOS QUE EXECUTARAM O SERVIÇOS ESTAVAM DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS, UNIFORMIZADOS E COM CRACHÁ?				
7) FOI NECESSÁRIO A CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA, MATERIAS E EQUIPAMENTOS DE TERCEIROS PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO ESTABELECIDO EM CONTRATO?				
8) TODAS AS DEMANDAS FORAM EXECUTADAS E CUMPRIDAS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO EM CONTRATO?				
9) SERVIÇO REALIZADO E APROVADO PELA AREA TÉCNICA E PELOS DEMAIS USUÁRIOS?				
NO CASO DE A EXECUÇÃO DO SERVIÇO REALIZADO NÃO ESTAR PLENAMENTE DE ACORDO COM ESTABELECIDO EM CONTRATO, HÁ NECESSIDADE DE READEQUAÇÃO DO CONTRATO MEDIANTE TERMO ADITIVO? CASO A READEQUAÇÃO SEJA NECESSÁRIA, ENCAMINHAR AO GESTOR APONTAMENTOS E JUSTIFICATIVAS SOBRE AS ALTERAÇÕES ATRAVÉS DE DOCUMENTAÇÃO, PARA REVISÃO OU MODIFICAÇÃO NO OBJETO DO CONTRATO.				

Atesto apenas a prestação dos serviços executados na presente Nota Fiscal, com base no que está estabelecido em contrato.

NECESSÁRIO GLOSA?

VALOR R$

_____.

Av. Embaixador Abelardo Bueno, nº 01, Blc 1, sala 216B,
Jacarepaguá - Rio de Janeiro / RJ - CEP 22775-022
CNPJ nº 33.927.377/0001-40